

Gabriel Silveira de Queirós Campos

PRINCÍPIOS do PROCESSO PENAL

*teoria, jurisprudência e
direito internacional*

2021



EDITORA
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br



Rua Território Rio Branco, 87 – Pituba – CEP: 41830-530 – Salvador – Bahia Tel: (71) 3045.9051 • Contato:
<https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPODIVM

Conselho Editorial: Eduardo Viana Portela Neves, Dirley da Cunha Jr., Leonardo de Medeiros Garcia, Fredie Didier Jr., José Henrique Mouta, José Marcelo Vigliar, Marcos Ehrhardt Júnior, Nestor Távora, Robério Nunes Filho, Roberval Rocha Ferreira Filho, Rodolfo Pamplona Filho, Rodrigo Reis Mazzei e Rogério Sanches Cunha.

Capa: Luciano Apolinário

C198p Campos, Gabriel Silveira de Queirós.
Princípios do Processo Penal - Teoria, Jurisprudência e Direito Internacional / Gabriel Silveira de Queirós Campos – Salvador: Editora JusPodivm, 2021.
368 p.

Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5680-151-3

1. Direito Processual Penal. 2. Princípios. I. Campos, Gabriel Silveira de Queirós. II. Título.

CDD 341.43

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS.....	29
LISTA DE CASOS	31
INTRODUÇÃO: O PROCESSO PENAL E SEUS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.....	37
CAPÍTULO I	
PRINCÍPIOS GERAIS DO DIREITO PROCESSUAL PENAL.....	43
1. Devido processo legal.....	43
1.1. Noções gerais.....	43
1.2. Origem e evolução.....	43
1.3. Posicionamento constitucional.....	46
1.4. Conteúdo	46
1.5. Relação com outros princípios.....	49
1.6. Jurisprudência.....	49
1.7. Direito Internacional.....	51
2. Princípio da presunção de inocência ou presunção de não culpabilidade.....	55
2.1. Noções gerais.....	55
2.2. Posicionamento constitucional.....	55
2.3. Origem e terminologia.....	56
2.4. Natureza jurídica	58
2.5. Conteúdo	59
2.6. A garantia da ordem pública como fundamento da prisão preventiva	65
2.7. Presunção de inocência e antecedentes criminais	67
2.8. Presunção de inocência e uso de algemas.....	68
	19

2.9.	Presunção de inocência e o Direito Administrativo sancionador.....	68
2.10.	Princípio do <i>favor rei</i>	69
2.11.	Relação com outros princípios.....	70
2.12.	Jurisprudência.....	71
2.13.	Direito Internacional.....	73
3.	Princípio da vedação da autoincriminação (<i>nemo tenetur se detegere</i>).....	75
3.1.	Noções gerais.....	75
3.2.	Origem e evolução.....	75
3.3.	Posicionamento constitucional.....	76
3.4.	Conteúdo	77
3.5.	A importância da advertência ou esclarecimento sobre o direito ao silêncio	84
3.6.	Consequências da violação do <i>nemo tenetur</i>	85
3.7.	O direito ao silêncio no Tribunal do Júri.....	87
3.8.	Relação com outros princípios.....	88
3.9.	O princípio <i>nemo tenetur se detegere</i> e o Direito Penal....	90
3.10.	Jurisprudência.....	90
3.11.	Direito Internacional.....	92
4.	Princípio da busca da verdade ou princípio da investigação.....	94
4.1.	Noções gerais.....	94
4.2.	Posicionamento legal	95
4.3.	Conteúdo	95
4.4.	Verdade material (real), verdade formal e “verdade processual”	97
4.5.	Verdade, prova e erro.....	101
4.6.	Restrições ao direito probatório	105
4.7.	Relação com outros princípios.....	107
4.8.	Jurisprudência.....	108
5.	Princípio do contraditório	109
5.1.	Noções gerais.....	109

5.2.	Posicionamento constitucional.....	110
5.3.	Finalidade e conteúdo.....	110
5.4.	Contraditório e inquérito policial.....	113
5.5.	Contraditório e prova.....	115
5.6.	Contraditório real e contraditório diferido	117
5.7.	Contraditório prévio nas medidas cautelares	118
5.8.	Contraditório nos processos com réu colaborador.....	119
5.9.	Relação com outros princípios.....	121
5.10.	Jurisprudência.....	122
5.11.	Direito Internacional.....	124
6.	Princípio da ampla defesa	126
6.1.	Noções gerais.....	126
6.2.	Posicionamento constitucional.....	126
6.3.	Características e conteúdo.....	127
6.4.	Defesa positiva e defesa negativa.....	133
6.5.	A figura do defensor e suas modalidades.....	133
6.6.	O <i>status</i> jurídico do defensor e os deveres processuais de cooperação	135
6.7.	Direito de escolha do defensor	137
6.8.	A audiência de custódia	138
6.9.	Relação com outros princípios.....	141
6.10.	Jurisprudência.....	143
6.11.	Direito Internacional.....	144
7.	Princípio da motivação das decisões judiciais.....	149
7.1.	Noções gerais.....	149
7.2.	Posicionamento constitucional.....	150
7.3.	Finalidade	151
7.4.	Conteúdo e alcance	152
7.5.	Sanção pelo descumprimento da exigência de motivação	155
7.6.	Motivação implícita e <i>per relationem</i>	155
7.7.	Motivação e decisão de recebimento de denúncia	157

7.8.	Motivação e decisões relativas à prisão preventiva	159
7.9.	Relação com outros princípios.....	160
7.10.	Jurisprudência.....	161
7.11.	Direito Internacional.....	166
8.	Princípio do duplo grau de jurisdição ou duplo pronunciamento.....	168
8.1.	Noções gerais.....	168
8.2.	Posicionamento constitucional.....	168
8.3.	Conteúdo	169
8.4.	Justificativa e funções	169
8.5.	Relação com outros princípios.....	170
8.6.	Jurisprudência.....	170
8.7.	Direito Internacional.....	171
9.	Princípio da duração razoável do processo	172
9.1.	Noções gerais.....	172
9.2.	Posicionamento constitucional.....	174
9.3.	Conteúdo	174
9.4.	Relação com outros princípios.....	178
9.5.	Jurisprudência.....	178
9.6.	Direito Internacional.....	181
10.	Princípio da vedação da dupla incriminação ou do duplo processo pelo mesmo fato (<i>ne bis in idem</i>)	185
10.1.	Noções gerais.....	185
10.2.	Posicionamento constitucional.....	185
10.3.	Função e conteúdo	186
10.4.	A decisão de arquivamento do inquérito policial.....	188
10.5.	O <i>ne bis in idem</i> como princípio penal	192
10.6.	O <i>ne bis in idem</i> como princípio executacional.....	193
10.7.	A dimensão transnacional do <i>ne bis in idem</i>	193
10.8.	Relação com outros princípios.....	197
10.9.	Jurisprudência.....	197
10.10.	Direito Internacional.....	199

11. Igualdade processual (<i>par conditio</i>).....	202
11.1. Noções gerais.....	202
11.2. Posicionamento constitucional.....	202
11.3. Conteúdo e justificativa.....	203
11.4. Os recursos exclusivos da defesa	206
11.5. A revisão criminal <i>pro reo</i>	207
11.6. Relação com outros princípios.....	208
11.7. Jurisprudência.....	208
11.8. Direito Internacional.....	209
12. Princípio da boa-fé processual (lealdade)	211
12.1. Noções gerais.....	211
12.2. Posicionamento constitucional e legal	212
12.3. O princípio da cooperação e os modelos processuais.....	214
12.4. A cláusula geral (ou princípio) da boa-fé processual e os deveres de cooperação	216
12.5. A cooperação no regime legal do novo Código de Processo Civil.....	219
12.6. A ideia de lealdade processual aplicada ao processo penal.....	219
12.7. O abuso processual e os comportamentos processuais ilícitos.....	221
12.8. Acordo de não persecução penal	225
12.9. Colaboração premiada.....	227
12.10. Relação com outros princípios.....	231
CAPÍTULO II	
PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS RELATIVOS À AÇÃO	235
1. Princípios da oficialidade (imputação oficial) e do impulso oficial	235
1.1. Noções gerais.....	235
1.2. Posicionamento constitucional.....	236
1.3. Conteúdo	237
1.4. Relação com outros princípios.....	238

2. Princípio da suficiência (relativa) da ação penal.....	238
2.1. Noções gerais.....	238
2.2. Posicionamento legal	239
2.3. Conteúdo	239
2.4. As questões prejudiciais	240
2.5. Os sistemas de solução da prejudicialidade.....	241
2.6. Relação com outros princípios.....	243
3. Princípios da obrigatoriedade e indisponibilidade (da ação penal pública)	243
3.1. Noções gerais.....	243
3.2. Posicionamento legal	244
3.3. Conteúdo	245
3.4. Exceções legais à obrigatoriedade: o consenso no processo penal e o problema da discricionariedade do Ministério Público.....	247
3.5. A flexibilização do princípio da obrigatoriedade em prol do interesse público e da eficiência administrativa: princípio da oportunidade.....	256
3.6. Princípio da indisponibilidade.....	259
3.7. Princípio da indivisibilidade	259
3.8. Relação com outros princípios.....	260
4. Princípios da oportunidade, disponibilidade e indivisibilidade (da ação penal privada)	260
4.1. Noções gerais.....	260
4.2. Posicionamento legal	261
4.3. Conteúdo	262
4.4. Princípio da disponibilidade.....	264
4.5. Princípio da indivisibilidade	266
4.6. O princípio da oportunidade e a flexibilização do princípio da obrigatoriedade (da ação penal pública).....	267
4.7. Relação com outros princípios.....	270

CAPÍTULO III

PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS RELATIVOS AOS SUJEITOS PROCES- SUAIS	273
1. Princípio do juiz natural.....	273
1.1. Noções gerais.....	273
1.2. Posicionamento constitucional.....	274
1.3. Origem.....	274
1.4. Finalidade e conteúdo.....	275
1.5. Relação com outros princípios.....	278
1.6. Direito Internacional.....	278
2. Princípio da identidade física do juiz.....	280
2.1. Noções gerais.....	280
2.2. Posicionamento legal	281
2.3. Conteúdo	282
2.4. Relação com outros princípios.....	283
2.5. Direito Internacional.....	283
3. Princípio da iniciativa das partes ou inércia (<i>ne procedat iu- dex ex officio</i>)	284
3.1. Noções gerais.....	284
3.2. Posicionamento constitucional e legal	287
3.3. Conteúdo	287
3.4. Exceções à inércia jurisdicional.....	289
3.5. A decretação de medidas cautelares pelo juiz.....	289
3.6. Relação com outros princípios.....	290
4. Princípio do promotor natural.....	291
4.1. Noções gerais.....	291
4.2. Posicionamento constitucional e legal	292
4.3. Origem.....	294
4.4. Finalidade e conteúdo.....	295
4.5. Os grupos especializados, Forças-Tarefas, GAECOs e Equipes Conjuntas de Investigação (ECIs).....	297
4.6. Relação com outros princípios.....	300

CAPÍTULO IV

PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS RELATIVOS À FORMA DOS ATOS PROCESSUAIS.....	303
1. Princípio da publicidade	303
1.1. Noções gerais.....	303
1.2. Posicionamento constitucional e legal	304
1.3. Origem e evolução	304
1.4. Finalidade	305
1.5. Conteúdo	306
1.6. Sigilo profissional	311
1.7. Colaboração processual (delação premiada) e sigilo.....	311
1.8. Relação com outros princípios.....	316
1.9. Direito Internacional.....	317
2. Princípios da economia processual, oralidade e concentração.....	318
2.1. Noções gerais.....	318
2.2. Posicionamento legal	319
2.3. Conteúdo	320
2.4. Relação com outros princípios.....	322

CAPÍTULO V

PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS RELATIVOS À PROVA.....	327
1. Princípio da comunhão (ou aquisição da prova)	327
1.1. Noções gerais.....	327
1.2. Posicionamento legal	328
1.3. Conteúdo	328
1.4. Relação com outros princípios.....	329
2. Princípio da vedação das provas ilícitas	330
2.1. Noções gerais.....	330
2.2. Posicionamento constitucional e legal	330
2.3. Terminologia.....	331
2.4. Evolução.....	332

2.5.	Conteúdo	337
2.6.	Prova ilícita <i>pro reo</i>	340
2.7.	Prova ilícita <i>pro societate</i>	342
2.8.	Prova ilícita por derivação	345
2.9.	A sanção processual da ilicitude da prova	349
2.10.	A regra de “descontaminação do julgado”	350
2.11.	Relação com outros princípios.....	351
3.	Princípio <i>in dubio pro reo</i>	352
3.1.	Noções gerais.....	352
3.2.	Posicionamento legal	353
3.3.	Conteúdo	354
3.4.	<i>In dubio pro reo</i> nas decisões de recebimento de denúncia e de pronúncia.....	355
3.5.	<i>In dubio pro reo</i> na decisão de absolvição sumária do rito comum.....	357
3.6.	Relação com outros princípios.....	358
BIBLIOGRAFIA	359